

Mudança e política de desenvolvimento regional no Brasil desde o ano 1964

HORST BAHRO E JÜRGEN ZEPP *
Tradução de Moéma Parente Augel

SUMÁRIO

1. O golpe de 1964 — Causas e conseqüências. 2. Caminhos para a "abertura política". 3. A supressão dos direitos humanos e a censura. 4. Política econômica. 5. Política de desenvolvimento regional e mudança social. 6. A redemocratização — Tendências e realidade. 7. Resultados: agravamento das disparidades.

1. O golpe de 1964 — Causas e conseqüências

Mudanças econômicas e sociais causam tensões políticas⁽¹⁾. A transformação do Brasil, passando de um país de estrutura monocultural para tornar-se um país semiindustrializado⁽²⁾, desencadeou um processo de graves rupturas sociais, que culminou com a destruição do sistema democrático. A 1.º de abril de 1964 caiu o governo do Presidente João Belchior Marques Goulart, destituído pelos militares. Estes, em estreita colaboração com os representantes do grande capital, tendo como base intelectual de sua ação o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), com o apoio dos Estados Unidos, elaboraram os planos para a substituição da democracia brasileira por um autoritarismo capitalista a fim de, assim, recuperarem

* O Prof. Dr. Horst Bahro leciona Ciência Política na Universidade de Colônia e o Dr. Jürgen Zepp é seu ex-Assistente.

(1) HUNTINGTON, Samuel P. *Political Order in Changing Societies*. New Haven London, Yale University Press, 1975, 9ª ed., pp. 140 ss. et passim; sobre o Brasil, cf. pp. 219 s.

(2) Cf. p. ex. WÖHLCKE, Manfred. *Brasilien — Anatomie eines Riesen*. München, C. H. Beck Verlag, 1985, esp. pp. 28 ss.

a predominância das classes proprietárias⁽³⁾, garantindo todavia um desenvolvimento modernizante do país⁽⁴⁾. Como consequência desse golpe de Estado, o governo civil foi destituído, os políticos democráticos perderam seus direitos políticos, as posições-chave das instituições políticas (sindicatos, bancos, associações profissionais e econômicas) passaram ao controle do Estado — pela primeira vez na história do Brasil os militares assumiram eles mesmos o poder.

As causas do golpe têm suas raízes no receio — não fundamentado — de que as classes proprietárias tinham pelo comunismo, receio fomentado pelos militares da extrema direita; na época, grassava uma séria crise econômica, acompanhada de progressiva inflação, de extraordinário déficit orçamentário e elevadas dívidas externas⁽⁵⁾, males que foram atribuídos ao governo democrático. As “reformas básicas”, planejadas por Goulart, deram ensejo ao golpe de Estado. O que desencadeou a crise foi o fato de o Presidente ter assinado demonstrativamente, a 13 de maio de 1964, um decreto de reforma agrária, sem indenização imediata, e um outro, estatizando refinarias de petróleo particulares⁽⁶⁾. Os militares, porém, estavam divididos entre eles: de um lado, a “linha dura”, que visava a uma supressão ampla e radical de toda opinião e toda ação divergentes⁽⁷⁾; e, do outro lado, o grupo moderado dos “sorbonistas”⁽⁸⁾ (mais tarde chamados de “castellistas”), que defendia um procedimento ditatorial, porém mais seletivo e mais cauteloso nas suas medidas de restrições aos direitos políticos e individuais do cidadão⁽⁹⁾. A esse segundo grupo pertencia o primeiro presidente militar brasileiro, o Marechal Humberto de Alencar Castello Branco. Sob o seu governo, onde os civis desempenharam papéis preponderantes, foi pos-

(3) DREIFUSS, René Armand. 1964: *A Conquista do Estado — Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis, Editora Vozes Ltda., 1981, pp. 170 ss, 396 ss. et passim.

(4) Cf. SCHNEIDER, Ronald M. *The Political System of Brazil — Emergence of a “Modernizing” Authoritarian Regime, 1964-1970*. New York/London, Columbia University Press, 1971, p. 10, onde estabelece a diferença entre “desenvolvimento e “modernização”.

(5) SKIDMORE, Thomas E. “Politics and Economic Policy Making in Authoritarian Brazil, 1937 — 71”, in: ALFRED STEPAN, ed. *Politics in Brazil — Origins, Policies, and Future*. New Haven/London, Yale University Press, 1973, pp. 4 ss.

(6) Para pormenores, cf. SKIDMORE, Thomas E. *Politics in Brazil — 1930-1964. An Experiment in Democracy*. London/Oxford/New York, Oxford University Press, 1967, pp. 284 ss. Cf. também STEPAN, Alfred. *The Military in Politics Changing Patterns in Brazil*. Princeton, NJ.: Princeton University Press, 1971, pp. 195 s.; SCHNEIDER, *op. cit.* (n. 4), pp. 93 s.

(7) Cf. SKIDMORE, *op. cit.* (n. 5), pp. 16 ss.

(8) Segundo a Escola Superior de Guerra, cf. parte 3, o “think-tank” dos militares, que foi equiparada à Sorbonne.

(9) Cf. esp. VELASCO E CRUZ, Sebastião C.—MARTINS, Carlos Estevam. “De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-história da “abertura”, in *Sociedade e Política no Brasil Pós-64*, São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1983, p. 16.

sível refrear a inflação, mas não se verificaram impulsos decisivos para o crescimento econômico do País ⁽¹⁰⁾.

Em 1967, o General Arthur da Costa e Silva assumiu a presidência da República. Também ele era considerado pertencente ao grupo dos "sorbônistas", embora mantivesse contato com oficiais da cúpula da "linha dura" ⁽¹¹⁾. Sob o seu governo, verificaram-se os primeiros sinais positivos do "milagre econômico brasileiro", com um grande crescimento econômico e excedentes do comércio exterior ⁽¹²⁾; não lhe foi possível, contudo, fazer prevalecer a política da "segurança nacional". Sob seu sucessor, o General Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), a ditadura passou a dominar em toda a sua severidade, verificando-se ao mesmo tempo, porém, sucessos impressionantes no setor do crescimento econômico.

Aparentemente, os militares governaram apoiando-se no Estado de direito. Através de um "Ato Institucional", de 9 de abril de 1964, foi conferido ao Presidente, por um período de noventa dias, o poder de suprimir os direitos políticos dos cidadãos por até dez anos e de cassar mandatos parlamentares em todos os níveis do governo ⁽¹³⁾. Com o segundo Ato Institucional, de 27 de outubro de 1965, foram prolongados os plenos poderes especiais do Presidente, até o fim do seu mandato, isto é, até 15 de março de 1967. A jurisdição militar foi estendida aos crimes contra a segurança nacional; foi introduzida a eleição indireta do Presidente e do Vice-Presidente (e mais tarde dos Governadores estaduais) e os partidos políticos foram proibidos. Em substituição aos partidos anteriores, o próprio Estado criou artificialmente dois outros: a ARENA (Aliança Renovadora Nacional), como partido da situação, e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), como partido da oposição. Em 1967, através de mais um Ato Institucional, foi posta em vigor uma nova Constituição, pela qual se instituiu uma centralização dos poderes ao nível da União, concentrando-os nas mãos dos militares ⁽¹⁴⁾.

Em dezembro de 1968, o Congresso Nacional, cuja maioria era composta pelo partido do governo, a ARENA, negou ao Presidente da República a aprovação da suspensão da imunidade de um deputado do MDB, embora essa medida tivesse sido declarada como do interesse da segurança nacional ⁽¹⁵⁾. Em vista disso, o Presidente decretou o recesso do Con-

(10) SKIDMORE, *op. cit.*, (n. 5), pp. 9 s.

(11) SKIDMORE, *op. cit.* (n. 5), p. 11.

(12) SKIDMORE, *op. cit.* (n. 5), pp. 12 s.

(13) BICUDO, Hélio Pereira. *O Direito e a Justiça no Brasil (Uma Análise Crítica de Cem Anos)*. São Paulo, Símbolo S.A., Indústrias Gráficas, 1978, p. 34. Cf. tb. CRUZ-MARTINS, *op. cit.* (n. 8), pp. 18 s.

(14) BICUDO, *op. cit.* (n. 13), p. 37.

(15) SKIDMORE, *op. cit.* (n. 5), p. 14; Bicudo, *op. cit.* (n. 13), pp. 37 s.

gresso por tempo indeterminado e baixou o Ato Institucional n.º 5 (AI-5), pelo qual o Presidente adquiria poderes ilimitados para intervenção de todo e qualquer tipo e em todas as esferas do direito. Com base no AI-5, foram cassados centenas de mandatos políticos e o Supremo Tribunal foi "saneado" (16). Com uma emenda constitucional, o regime militar erigiu para si mesmo um novo embasamento, que lhe outorgou poderes ilimitados.

2. Caminhos para a "abertura política"

Com a eleição do General Ernesto Geisel para a presidência da República, em novembro de 1973, para o período de março de 1974 a março de 1979, foi confirmada a vitória dos "castellistas" em face da "linha dura". Já no início do seu mandato, Geisel anunciou o que mais tarde ficou conhecido como a "abertura política" (17): uma passagem gradual, mas segura, em direção ao aperfeiçoamento democrático, sem pausas de estagnação nem retrocessos, mas visando à substituição das leis de exceção por "salvaguardas eficazes dentro do contexto constitucional à ordem estabelecida".

O mandato de Geisel foi, desde o início, dificultado pelo choque causado pela elevação do preço do petróleo, ocorrido em 1973, o que significou, para o País, que dependia quase por completo das importações desse produto e seus derivados, o fim do milagre econômico. Com isso, o regime militar perdeu a confiança das classes alta e média, que o sustentavam até então (18). Isso tornou-se evidente com as eleições de 15 de março de 1974, para o Congresso Nacional e para as Assembleias Legislativas Estaduais, quando a ARENA sofreu pesadas derrotas (19). O governo Geisel, ante a ameaça de perda de legitimação, que teria podido fazer ruir completamente o poder militar, tentou sair do impasse através da manipulação do direito eleitoral: em junho de 1976, através da Lei Falcão (20), a propaganda dos partidos pela televisão foi drasticamente restringida, o que prejudicou sobretudo a oposição; além disso, vários deputados, que denunciaram a violação no País dos direitos humanos por parte do Exército, tiveram seus mandatos cassados. Ao lado de tentativas de uma mudança

(16) SKIDMORE, *op. cit.* (n. 5), pp. 14 s.

(17) KUCINSKI, Bernardo, *Abertura, História de uma Crise*. São Paulo, Editora Brasil Debates Ltda., 1982, p. 20. Quanto às causas possíveis da abertura, cf. também WOHLCKE, Manfred. *Brasilien 1983: Ambivalenzen seiner Politischen und Wirtschaftlichen Orientierung*. Baden-Baden, Nomos Verlagsgesellschaft, 1983, pp. 23 ss.

(18) KUCINSKI, *op. cit.* (n. 17), S. 27 ss.

(19) KUCINSKI, *op. cit.* (n. 17), S. 37.

(20) Detalhes a respeito, cf. DUARTE, Celina Rebello. "A Lei Falcão: antecedentes e impacto", in BOLIVAR LAMOUNIER (org.): *Voto de Desconfiança — Eleições e Mudança Política no Brasil: 1970-1979*. São Paulo, Editora Vozes Ltda., 1980, pp. 173-216.

do sistema de governo, a polícia e os militares, sobretudo os da “linha dura” em São Paulo e no Rio de Janeiro, recorreram de novo e maciçamente à tortura e ao assassinato de comunistas e críticos liberais do sistema.

Depois que o MDB, contra todas as previsões e apesar de condições tão desfavoráveis, ganhou com grande margem as eleições municipais de 15 de novembro de 1976, os fundamentos do sistema pareciam realmente abalados. Geisel, tomando como pretexto a não aprovação de uma lei sobre a reforma judiciária, decretou a dissolução do Congresso, a 2 de abril de 1977. Ainda no mesmo mês, pôs ele em vigor o “pacote de abril”, com **14 emendas constitucionais** e 6 decretos-leis: entre as medidas do “pacote”, destacam-se sobretudo a redução da maioria obrigatória exigida para emendas na Constituição; a criação dos senadores “biônicos”, de fato nomeados diretamente pelo governo; a prorrogação do mandato presidencial do futuro presidente para o período de seis anos; e a modificação da proporção numérica dos deputados no Congresso Nacional, em favor dos Estados e Territórios nos quais o governo tinha esperança de obter resultados eleitorais favoráveis⁽²¹⁾.

As mudanças políticas tiveram repercussões também entre os militares. Por um lado, aumentou a pressão da “linha dura” junto ao Presidente; por outro lado, no próprio seio dos militares levantaram-se vozes defendendo a “volta aos quartéis”. Geisel designou como seu sucessor o Chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), o General João Baptista Figueiredo⁽²²⁾. Em junho de 1978, Geisel baixou novas emendas constitucionais (“pacote de junho”), revogando o AI-5, assim como todas as suspensões de direitos baseadas nesse Ato, retirando também do Presidente não só determinados poderes especiais, como também o direito de decretar o recesso do Congresso, além de abolir a pena capital, o banimento e a prisão perpétua⁽²³⁾. Foram mantidos, contudo, a Lei de Segurança Nacional⁽²⁴⁾, os senadores “biônicos” e a “Lei Falcão”. Geisel não decretou, tampouco, a anistia geral, exigida por amplos setores da sociedade⁽²⁵⁾. Na Constituição, foi introduzida ainda a possibilidade de o Presidente decretar o “estado de emergência”. Com isso, os militares consideravam que estavam lançados os fundamentos da abertura política, sem que eles perdessem a posição que tinham até então.

(21) KUCINSKI, *op. cit.* (n. 17), pp. 60 ss. Cf. tb. CRUZ-MARTINS, *op. cit.* (n. 9), p. 55.

(22) KUCINSKI, *op. cit.* (n. 17), pp. 73 s.; CRUZ-MARTINS, *op. cit.* (n. 9) p. 58.

(23) KUCINSKI, *op. cit.* (n. 17), p. 89; CRUZ-MARTINS, *op. cit.* (n. 9), p. 60.

(24) Uma nova lei sobre a proteção do Estado democrático deveria substituir aquela lei. Cf. “Anteprojeto propõe garantias para liberdades políticas”, in: *Folha de S. Paulo*, de 22-1-1986 e “Lyra entrega a Sarney “pacote de leis””, in: *Folha de S. Paulo*, de 14-2-1986.

(25) KUCINSKI, *op. cit.* (n. 17), pp. 89 ss. A “Lei Falcão” foi revogada só em outubro de 1984, cf. “Adeus à Lei Falcão”, *Folha de S. Paulo*, 19-10-1984.

3. A supressão dos direitos humanos e a censura

A base da legitimação do regime militar foi — como em toda a América do Sul⁽²⁶⁾ — a ideologia da “segurança nacional”. No Brasil, foi ela desenvolvida pela Escola Superior de Guerra (ESG), tendo como “pai espiritual”⁽²⁷⁾ a “eminência cinzenta” dos presidentes militares, o General Golbery do Couto e Silva. “Segurança nacional” abrange tudo o que se refere à vida nacional, tanto na política interna como externa⁽²⁸⁾. Ela traduz “o relativo grau de garantia que o Estado, através de medidas de ordem política, econômica, militar e psicossocial, dentro da esfera de suas competências, proporciona à Nação em uma determinada época, a fim de conseguir assegurar a realização das metas de interesse nacional, apesar dos antagonismos existentes”⁽²⁹⁾. Atrás dessa ideologia, esconde-se um anticomunismo indiscriminado, que declara como agente de Moscou qualquer pessoa inimiga⁽³⁰⁾; com base nela, foram definidos em 1969 inúmeros crimes contra a segurança nacional⁽³¹⁾. Pela Constituição de 1969, foi atribuída a todo cidadão brasileiro a responsabilidade pela segurança e foi instituído o “Conselho de Segurança Nacional”, com amplos poderes⁽³²⁾. Com os serviços secretos, foi montado um extenso sistema de denúncias, com representações em todos os Ministérios e empresas estatais, através das suas “Divisões de Segurança e Informação” (DSI)⁽³³⁾. Os delitos enquadrados nas leis de segurança nacional⁽³⁴⁾ caracterizavam-se por estarem definidos de uma forma vaga e genérica, oferecendo ampla margem à arbitrariedade⁽³⁵⁾. Com isso, sob o manto do direito, foram levantadas as bases do Estado policial arbitrário.

(26) Cf., p. ex., NOHLEN, Dieter. “Miltärregime und Redemokratisierung in Lateinamerika”, in *Aus Politik und Zeitgeschichte*, B 9/86, de 1-3-1986, p. 8.

(27) Cf. STEPAN, *op. cit.* (n. 6), p. 185. Detalhes a respeito, cf. OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *As Forças Armadas: Política e Ideologia no Brasil (1964-1969)*. 2ª ed., Petrópolis, Editora Vozes Ltda., 1978, esp. pp. 19 ss.

(28) Cf. COUTO E SILVA, Golbery do. *Conjuntura e Política Nacional. O Poder Executivo & Geopolítica do Brasil*. 3ª ed., Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1980, esp. pp. 251 ss.; cf. tb. SCHNEIDER, *op. cit.* (n. 4), pp. 245 ss.

(29) Cf. SCHNEIDER, *op. cit.* (n. 4), p. 246. Cf. tb. a respeito a coletânea de material de FIDELIS, Guido. *Lei de Segurança Nacional e Censura (Comentários)*. São Paulo, Sugestões Literárias S/A, 1979, p. 42.

(30) Cf., p. ex., MARCONI, Paulo. *A Censura Política na Imprensa Brasileira (1968-1978)*. 2ª ed., revista, São Paulo, Global Editora e Distribuidora Ltda., 1980, pp. 16 ss.

(31) Por Decreto-Lei n.º 898, de 28-9-1969, cf. FIDELIS, *op. cit.* (n. 29), pp. 49 s.

(32) FIDELIS, *op. cit.* (n. 29), S. 44.

(33) KUCINSKI, *op. cit.* (n. 17), p. 18.

(34) Cf. a coletânea de material de FIDELIS, *op. cit.* (n. 29), pp. 50 ss. Por fim, a Lei n.º 6.620 sobre a Segurança Nacional, de 17-12-1976, emendada pela Lei n.º 7.170, de 15-12-1983.

(35) Cf. tb. KUCINSKI, *op. cit.* (n. 17), p. 91. Existem, porém, tb. em países em que predomina o Estado de direito, violações contra o princípio do “*nullum crimen sine lege*”, como por exemplo na República Federal da Alemanha; cf. a jurisdição do Tribunal Federal da R.F.A. concernente a coação in: *Neue Juristische Wochenschrift* 1969, p. 1771 (1772).

Violações dos direitos humanos, cassações de mandatos e demissões de postos, bem como banimentos de políticos mal vistos pelo sistema, começaram com o advento da ditadura militar, com base no primeiro Ato Institucional. A partir de 1968, os militares passaram, sem nenhum respaldo jurídico, a deter, torturar, mutilar e assassinar os inimigos declarados do regime ou os que eram como tal considerados. O Departamento do Serviço de Informações do Exército, encarregado dessas atividades especiais, era o DOI—CODI (Destacamento de Operações de Informações — Centro de Operações de Defesa Interna)⁽³⁶⁾. Mas também membros da polícia participaram de torturas e assassinatos, como o famigerado Delegado Sérgio Fleury, do Departamento de Ordem Política e Social (o DOPS), de São Paulo⁽³⁷⁾. Foram adotados os métodos que os esquadrões da morte empregavam no combate à criminalidade comum e à marginalidade, fazendo-se justiça com as próprias mãos⁽³⁸⁾.

Ao lado dos militantes da guerrilha urbana, que teve importância sobretudo nos anos 68-69, e cujos mais conhecidos representantes foram Carlos Marighela e Carlos Lamarca, as vítimas foram jornalistas liberais, sacerdotes da Igreja Católica especialmente engajados nos interesses das camadas pobres da população, mas também pessoas completamente fora de qualquer atividade política ou social⁽³⁹⁾. A tortura, aliás comumente empregada pela polícia brasileira⁽⁴⁰⁾, foi nessa época brutal, conduzindo freqüentemente a mutilações e mesmo à loucura. As pessoas — homens, mulheres e também crianças — foram torturadas de uma forma que lembra as atrocidades dos desumanos guardas dos campos de concentração, durante o regime nazista alemão. Os métodos de tortura preferidos⁽⁴¹⁾, possivelmente desenvolvidos pelo serviço secreto americano⁽⁴²⁾ e transfe-

(36) Cf. sobre isso a mais importante documentação sobre a tortura *Brasil: Nunca Mais — Um Relato para a História*, 5ª ed., Petrópolis, Editora Vozes Ltda., 1985, pp. 73 s.; e o depoimento a respeito na carta dos presos políticos no Rio de Janeiro ao Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, in *Brasilien Dokumente, Materialien 5 — Zur Situation der Menschenrechte — Juristen klagen an*; amnesty international: Köln, 1977, p. 102.

(37) *Brasilien Dokumente*, op. cit. (n. 36), p. 22.

(38) PINHEIRO, Paulo Sérgio. "Polícia e crise política: O caso das Polícias Militares", in: *A Violência Brasileira*, São Paulo, Editora Brasiliense S.A., 1982, p. 70.

(39) GABEIRA, Fernando. A entrevista do Pasquim, in: GABEIRA, Fernando. *Carta sobre a Anistia — A entrevista do Pasquim — Conversação sobre 1968*. Rio de Janeiro, Editora Codecri Ltda., 1979, p. 37, Cf. de modo geral: *Brasil: Nunca Mais*, op. cit. (n. 36), pp. 93 ss.

(40) GABEIRA, op. cit., (n. 39), p. 67; cf. tb. PINHEIRO, op. cit. (n. 38), p. 71.

(41) A respeito das atrocidades inimagináveis da época em torno do ano 1977, cf. *Brasil: Nunca Mais*, op. cit. (n. 36); e *Brasilien Dokumente*, op. cit. (n. 36), passim.

(42) GABEIRA, op. cit. (n. 39), p. 29; os livros de SCHNEIDER, op. cit. (n. 4) e de STEPAN, op. cit. (n. 6), não tratam o problema da tortura como constituindo um elemento estabilizante do regime militar.

ridos para regimes autoritários na América do Sul, foram os seguintes: o "pau-de-arara", em que o preso, com as mãos e os pés atados a uma vara passada sob os joelhos, é pendurado com a cabeça para baixo e submetido a outras torturas; choques elétricos, principalmente na cabeça e nos órgãos genitais; asfixia simulada; "telefone", pancadas simultâneas em ambos os ouvidos; "latas", onde o preso tem que ficar descalço, em pé sobre duas latas abertas e vazias; a "geladeira", uma cabine climatizada com um frio intenso ou um calor insuportável, na qual o preso, nu e sempre sob observação, é exposto a ruídos fortíssimos⁽⁴³⁾.

O balanço da supressão brutal dos direitos humanos e da liberdade política, ao fim do mandato Geisel, registrou 4.682 cassações, entre as quais 300 de professores universitários, 500 de políticos, 50 de ex-governadores ou prefeitos, muitos diplomatas, líderes sindicais e funcionários públicos⁽⁴⁴⁾. O número de assassinados e torturados não pode ser averiguado com segurança. Para o período de setembro de 1973 a setembro de 1975, KUCINSKI menciona pelo menos 32 desaparecidos. Supõe-se que todos esses desaparecidos — como na Argentina — foram assassinados. Durante o período que vai da entrada em vigor da Lei de Segurança Nacional até o fim de 1978, segundo esse autor, foram condenadas cerca de 2.000 pessoas, e somente uma à pena capital⁽⁴⁵⁾.

A censura sempre faz parte dos métodos de repressão dos regimes autoritários. No Brasil, foi ela incorporada a um sistema de doutrinação nacionalista, baseado na ideologia da "segurança nacional". Essa ideologia foi difundida sobretudo nas escolas, onde conceitos como "ordem", "obediência", "responsabilidade", "respeito à hierarquia", "patriotismo", "família", "comunidade" e "solidariedade" deviam ser ensinados através da disciplina, então obrigatória, intitulada "Ordem Social e Política Brasileira" (OSPB)⁽⁴⁶⁾, tendo, na época, o programa Mobral a mesma orientação⁽⁴⁷⁾. A censura⁽⁴⁸⁾, por outro lado, tinha como função barrar a propagação, e

(43) *Brasilien Dokumente*, op. cit. (n. 36), pp. 41 ss., 101. Na literatura consultada, não puderam ser comprovados os rumores segundo os quais os presos levados ao DOI-CODI, especialmente sob a chefia do já mencionado Delegado Fleury, fossem conduzidos a locais afastados, em São Paulo, e esquadrejados vivos, torturados até a morte. Talvez se trate aqui das "casas dos horrores", referidas em *Brasil: Nunca Mais*, op. cit. (n. 36), p. 260.

(44) KUCINSKI, op. cit. (n. 17), p. 110.

(45) KUCINSKI, op. cit. (n. 17), p. 91. Em *Brasil: Nunca Mais*, op. cit. (n. 36), pp. 291-293, são mencionados nominalmente ao todo 125 desaparecidos, no período de 1964 até 1974. NASCIMENTO, Gilberto e BIAZZO, Miguel em "Desaparecidos: história a ser esquecida?", *O São Paulo*, de 5-11-1985, dão 144 desaparecidos para a época entre 1964-1979.

(46) KUCINSKI, op. cit. (n. 17), p. 91.

(47) Ch. SCHMITTER, Phillippe E. "The "Portugalization" of Brazil?", in STEPAN, op. cit. (n. 5), pp. 215 s.

(48) SCHMITTER, op. cit. (n. 47), p. 217.

até mesmo a simples menção da sua existência, de valores indesejáveis, tais como “egoísmo”, “rebelião”, “desobediência às autoridades” (49), passando com isso o regime militar a adquirir feições de um sistema totalitário fascista.

A censura atingiu em primeira linha as emissoras de radiodifusão e de televisão (50), que no Brasil são empresas particulares, mas estendeu-se também a jornais e revistas, assim como a livros, peças de teatro, letras de músicas e obras de arte plástica. Já em 1967, foi proibida propaganda de guerra e de subversão da ordem política e social (51). Em dezembro de 1968, enquadrados no Ato Institucional n.º 5, os editores de dois jornais foram temporariamente detidos (52). Esse “fundamento jurídico” emprestava, aliás, ao regime a possibilidade de processar jornalistas que infringissem as idéias da “segurança nacional”. Com a Constituição de 1969, a censura foi legitimada com a justificativa de que a publicação de livros, jornais e revistas prescindia de uma autorização oficial e que só o “abuso” da liberdade de imprensa seria considerado ilegal (53). Nesse sentido, foi baixada uma série de regulamentações (54).

Um dos alvos da censura era a pornografia, incompatível com os valores propagados pelo regime militar. Nessa categoria foram enquadrados romances como *Madame Bovary*, *O Amante de Lady Chatterley*, *Fanny Hill*, *O Trópico de Câncer*, *O Trópico de Capricórnio* (55). A censura política foi, entretanto, mais eficiente, uma vez que conseguiu impedir as informações sobre os horrores do regime. Os critérios usados por essa censura não eram inequívocos. A partir da segunda metade de 1973 até o começo de 1974, época do maior rigor da censura (56), foi proibida a republicação de artigos de jornais estrangeiros sobre ditaduras como as da Grécia ou do Paraguai. Da mesma forma, o nome de certas personalidades vistas como indesejáveis no Brasil não deveria ser mencionado. Eram considerados tabus temas relativos à própria censura, à tortura e aos presos políticos. Também deveriam ser evitados artigos críticos a símbolos do nacionalismo brasileiro, como, por exemplo, ídolos do futebol. Comentários

(49) Começando com o Decreto-Lei n.º 869/69, de 19-9-1969; cf. SCHMITTER, *op. cit.* (n. 47), pp. 215 s.

(50) SCHMITTER, *op. cit.* (n. 47), p. 217.

(51) Não conseguimos encontrar informações pormenorizadas a respeito; as nossas suspeitas, nesse ponto, apóiam-se em nossas próprias observações e também no fato de que as emissões da televisão e do rádio são mais difundidas do que outros meios de divulgação.

(52) Pela Lei de Imprensa n.º 5.250, de 9-9-1967, cf. FIDELIS, *op. cit.* (n. 28), p. 122.

(53) STEPAN, *op. cit.* (n. 6), p. 221.

(54) FIDELIS, *op. cit.* (n. 29), pp. 122 ss.

(55) Cf. a coletânea de material de FIDELIS, *op. cit.* (n. 29), pp. 129 ss. Cf. tb. *Zensur in Brasilien — eine Dokumentation*, publicada pela Amnesty International — Brasilien Koordinationsgruppe, Köln: *Rundschau* n.º 3, setembro de 1976, passim.

(56) FIDELIS, *op. cit.* (n. 29), p. 150.

negativos sobre a situação econômica também foram mal vistos. Os critérios usados pela censura durante os anos da "abertura" ficaram cada vez menos claros⁽⁵⁷⁾. No campo da literatura, autores brasileiros foram censurados, sobretudo CASSANDRA RIOS, ADELAIDE CARRARO e RUBEM FONSECA. É conhecida também a censura do romance *Zero*, de IGNÁCIO DE LOYOLA BRANDÃO, e de *Aracelli, Meu Amor*, de JOSÉ LOUZEIRO⁽⁵⁸⁾. Em 1976, foram proibidos seis filmes, 29 peças teatrais, 74 livros e 292 canções⁽⁵⁹⁾.

Com a "abertura", os métodos foram modificados. Com a suspensão da censura pelo Presidente Geisel, em 1978, começou-se a adotar processos mais sutis, que passavam despercebidos da opinião pública e às vezes até mesmo dos diretamente atingidos. Foram usadas pressões de ordem política, econômica e administrativa, registrando-se também uma censura interna, dentro das próprias empresas⁽⁶⁰⁾.

4. Política econômica

O acelerado desenvolvimento econômico brasileiro, iniciado na segunda metade da década de 50, foi induzido inteiramente por estímulos provenientes de fora, tendo dois efeitos imediatos: rápido crescimento, sobretudo no ramo da indústria de bens de consumo duráveis, assim como aumento da quota pública do Produto Nacional Bruto (PNB). Nesse período, foram lançadas as bases decisivas para a futura estruturação e a distribuição regional das indústrias dinâmicas no Brasil⁽⁶¹⁾.

Ao lado de uma cada vez maior dependência do exterior, os sucessos do então Presidente Juscelino Kubitschek viram-se confrontados com um crescente desequilíbrio interno do desenvolvimento do País. Esse estado de coisas também mudou quando foi destacada pela primeira vez a importância do planejamento regional para um desenvolvimento equilibrado do País, no Plano Trienal de 1963-1965⁽⁶²⁾. A construção de Brasília próximo ao centro geográfico do País, por Juscelino Kubitschek, deu-se nos anos 1957-1960 e a transferência das funções de capital foi concluída em 1972⁽⁶³⁾. Este foi um típico exemplo da tentativa de estimular o desen-

(57) MACHADO, José Antônio Pinheiro, *Opinião X Censura — Momentos de Luta de um Jornal pela Liberdade*. Porto Alegre, L&M Editores, 1978, p. 134.

(58) MACHADO Pinheiro, *op. cit.* (n. 57), p. 135.

(59) FIDELIS, *op. cit.* (n. 29), p. 150.

(60) Cf. *Brasilien Dokumente, op. cit.* (n. 36), p. 47.

(61) Cf. especialmente a este respeito MARCONI, *op. cit.* (n. 30), pp. 115 ss., pp. 126 ss., 137 ss. A suspensão definitiva de toda censura é prevista no projeto de lei para a proteção da liberdade de opinião em diversões e espetáculos públicos, cf. "Governo quer modificar o projeto de Alvaro Valle", in *Folha de S. Paulo*, de 21-12-1985.

(62) Cf. DICKENSON, John P. *Brazil*. Folkestone, Wm Dawson & Sons Ltd., 1978, p. 17.

(63) Cf. WÖHLCKE, *op. cit.* (n. 2) pp. 32-34; AMARAL, Adriano B. do. *Industrialisierung in Brasilien — Zur Politik der Imports substitution*. Tübingen — Basel, Horst Erdmann Verlag, 1977, pp. 20-25; DICKENSON, *op. cit.* (n. 62), p. 17.

volvimento interno para além do superpoderoso Sudeste, fora do eixo São Paulo—Rio de Janeiro, e que se caracterizou por gastos desmesurados e cujo efeito teve sobretudo um caráter simbólico e um valor propagandístico para a política regional brasileira. Entretanto, a dinâmica própria do desenvolvimento industrial fez com que, entre 1955 e 1964, a participação da Região Sudeste no conjunto global da produção industrial do País crescesse de 75,4% para 83,2%, enquanto decrescia a importância das demais regiões⁽⁶⁴⁾. Foi somente no decorrer da década de 70 que essa participação diminuiu, alcançando em 1975 76% e em 1980 77,1%, registrando índices semelhantes aos de antes do “milagre brasileiro”⁽⁶⁵⁾.

No início da ditadura militar, os meios tradicionais da política econômica foram esgotados. Assim, o Governo Castelo Branco decidiu, a partir de 1965, e de modo reforçado desde 1968, lançar mão da estratégia de “diferenciação das exportações através da exportação de produtos industriais”⁽⁶⁶⁾. A deterioração das camadas mais carentes da população fazia parte integrante dessa política⁽⁶⁷⁾. Havia a promessa, contudo, de um melhoramento das condições do comércio externo do País⁽⁶⁸⁾. Registrou-se, com isso, um desenvolvimento do Brasil de acordo com a doutrina da “segurança nacional” e que, sob o lema de “segurança e desenvolvimento”, tornou-se também o fundamento da política econômica de então. Essa intervenção maciça dos militares coincidiu com o advento de uma nova definição do poder militar, marcada pela promulgação do AI-5, passando de um transitório poder de ordem para a concepção de um “poder dirigente”⁽⁶⁹⁾. Por essa época, os militares encaravam o estreitamento da ligação com os círculos econômicos dominantes como a melhor possibilidade de garantir a própria liderança. Essa ligação entre o capital e os militares tinha em mira sobretudo a aceleração do crescimento econômico e a absorção do grande potencial da mão-de-obra ociosa existente. O Plano Decenal, publicado em 1965, previa uma elevação da taxa de crescimento econômico para 6% ao ano, taxa que deveria ser alcançada, entre outros fatores, através de um programa quinquenal de investimentos. Mesmo

(64) O dia 7-9-1972 foi decretado como o último para a transferência das Embaixadas para Brasília e marcou, assim, o ponto final da mudança da capital. Cf. HENSHELL, Janet D. MOMSEN, R. P. *A Geography of Brazilian Development*. Londres, G. Bell & Sons Ltd., 1976, p. 245; JACOB, Ernst Gerhardt, *Grundzüge der Geschichte Brasiliens*. Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgemeinschaft, 1974, pp. 57 ss.

(65) Cf. DICKENSON, *op. cit.* (62), p. 18.

(66) Calculado a partir do Anuário Estatístico do Brasil 1984, Rio de Janeiro, 1985, p. 507.

(67) Cf. AMARAL, *op. cit.* (n. 63), pp. 38, 39.

(68) AMARAL, *op. cit.* (n. 63), pp. 47 s. A fonte usada esclarece bem que o governo militar estava consciente desse fato, porque o autor ocupava, quando escreveu esse livro, o posto de Secretário do Departamento de Economia e Comércio da Embaixada brasileira em Bonn e, assim, é de se supor que tinha uma visão clara de todo o processo que levou a tal decisão.

(69) Cf. AMARAL, *op. cit.* (n. 63), p. 40.

depois do abandono desse plano a longo prazo, essas metas continuaram válidas dentro do Programa Estratégico de Desenvolvimento 1968-1970. Foi conservada também a preferência atribuída aos investimentos públicos no Sudeste do País ⁽⁷⁰⁾.

O desenvolvimento alcançado pela economia brasileira superou de fato, consideravelmente, os planos dos anos 1968-1973, atingindo um crescimento econômico médio de 11,5% ao ano. Ao mesmo tempo, conseguiu-se baixar a taxa de inflação de 47,4% em 1964 para 19,5% ⁽⁷¹⁾. É do consenso geral que esse desenvolvimento foi o resultado da intervenção maciça do Estado na política econômica e da nítida preferência pela indústria de bens de consumo duráveis, e que já no período anterior tinha alcançado progressos significativos ⁽⁷²⁾. Esse desenvolvimento, limitado a um estreito setor da indústria de transformação, levou a um espantoso crescimento econômico, sem conseguir, entretanto, superar as defasagens básicas da economia brasileira ⁽⁷³⁾. Isso correspondia aos planos do regime militar, mas agravava ao mesmo tempo as tensões sociais no seio da sociedade brasileira, pois só estava visando ao bem-estar das classes privilegiadas. O custo da mão-de-obra continuou baixo, o operário e principalmente as populações marginalizadas não tiraram proveito do desenvolvimento ocorrido. Os mercados para os bens produzidos não foram atingidos por esse processo, típico para um país capitalista subdesenvolvido ⁽⁷⁴⁾.

O resultado dessa política foi que:

* o setor das grandes empresas foi plenamente integrado no mercado mundial (o que também é válido para a dinâmica agricultura industrializada, em grande parte dominada pelas multinacionais) ⁽⁷⁵⁾;

* a modernização e a prioridade dada ao desenvolvimento da tecnologia avançada e a preferência pelas empresas multinacionais causaram um aumento da dívida externa brasileira;

* a desintegração interna agravou-se.

Na concepção dos militares, a unidade social do País podia ser assegurada suficientemente por meio da repressão. Essa estratégia foi bem sucedida até 1973-74 quando, em consequência da crise dos preços de petróleo, começou a vacilar a lealdade das camadas urbanas média e alta, que viam

(70) Cf. DREIFUSS, René Armand., DULCI, Otávio Soares., "As forças armadas e a política" in *Sociedade e Política no Brasil*, op. cit. (n. 9), pp. 94-97.

(71) Cf. DICKENSON, op. cit. (n. 62), p. 19.

(72) Cf. AGUIAR, Marco Antônio de Soza. ARRUDA, Marcos. FLORES, Parsifal. "Economic Dictatorship versus Democracy in Brazil", in *Latin American Perspectives*, issue 40, vol. 11, n.º 1, Winter 1984, p. 15.

(73) Cf. FURTADO, Celso. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra S/A, 3ª ed., 1974, pp. 106 s.

(74) Cf. FURTADO, op. cit. (n. 73), p. 107; AGUIAR et al., op. cit. (n. 72), pp. 15 ss.

(75) Cf. SANGMEISTER, Hartmut. *Brasilien: Internationale Integration und nationale Desintegration*, in: *Aus Politik und Zeitgeschichte*, B 46/82 de 20-11-1982, p. 29.

seu nível de vida ameaçado. Nesse ínterim, os militares tinham tomado para si, amplamente, as funções dirigentes do Estado e da economia do País. Não conseguiram, porém, alcançar uma mudança conjuntural, apesar do apoio integral prestado às multinacionais, de modo que assim, mesmo com a repressão exercida, fortaleceu-se uma nova oposição, não institucionalizada.

O entrelaçamento entre o Estado e a economia, provocado pelos militares, torna-se sobretudo evidente pela expansão da indústria brasileira de armamento, cujo crescimento já em 1974 foi intensamente fomentado⁽⁷⁶⁾. Essa indústria de armamento recebeu um novo impulso por ocasião da revogação do convênio militar entre os Estados Unidos e o Brasil, em 1977. Tal medida pretendeu ressaltar a independência brasileira, em conformidade com a doutrina da segurança nacional, levando o Brasil a ocupar em 1984 já o sexto lugar do mundo na lista dos grandes exportadores de armas. Entre os países em desenvolvimento fornecedores de armas, a quota do Brasil no mercado de exportação é de 45,6%. Além de funcionar como apoio da exportação, a indústria armamentista tem o papel de fortalecer as ambições brasileiras de liderança no Continente sul-americano. Assim, o fato de o Brasil não ter assinado o Tratado de Não Proliferação de Armas Atômicas está em completa coerência com essa linha política⁽⁷⁷⁾. O mesmo se pode dizer em relação ao empenho do Brasil em assegurar a importação do petróleo, uma vez que fornece armas também para regiões de tensão política. A indústria brasileira de armamento é só um exemplo para ilustrar a influência militar na economia nacional, não contribuindo para o melhoramento da estrutura econômica do País. A expansão desse ramo da indústria contrasta com a estagnação e recessão dos demais setores econômicos, cuja dependência do mercado externo é crescente, não podendo ser corrigida tampouco pelas medidas previstas pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento.

Nem o desequilíbrio nacional nem a crescente dívida externa puderam ser detidos, embora monumentais investimentos em favor do Programa Pró-Álcool, iniciado em 1975, tivessem refreado a importação do petróleo e seus derivados⁽⁷⁸⁾. O Programa tinha como meta a expansão da cultura da cana-de-açúcar, em escala agroindustrial, para a produção de álcool como combustível, em substituição da gasolina. Essa medida levou a um maior empobrecimento de grande parte das populações rurais de baixa renda, que vivem apenas de sua agricultura de subsistência e vêem-se assim privadas da base da sua alimentação. Os grandes proprietários rurais passaram a expulsar os pequenos lavradores — posseiros e peões — que

(76) Cf. GOGOŁOK, Osmar E. "Brasilien — Waffenschmiede de Dritten Welt", in: *Brasilien Dialog*, 4/84, p. 27.

(77) Para a política brasileira de armamento em geral cf.: GOGOŁOK, *op. cit.* (n. 76), pp. 27-31; DREIFUSS/DULCI, *op. cit.* (n. 70), pp. 104-109.

(78) Cf. sobre as conseqüências do programa para as estruturas rurais do Nordeste brasileiro: LINHART, Robert. *Der Zucker und der Hunger*. Berlin, Verlag Klaus Wagenbach, 1980.

em grande parte emigraram para as grandes cidades. Sobretudo no Estado de São Paulo, onde se duplicou em dez anos a área destinada ao cultivo da cana-de-açúcar, surgiu uma nova modalidade de emprego, pessimamente remunerado, para os assim chamados "bóias-frias", que não conseguiram trabalho nas cidades, castigadas pela recessão. Recebiam pagamento apenas durante a época da colheita, ficando este bem aquém do salário mínimo legal. Só em maio de 1984, esses diaristas, tomando consciência da posição-chave que ocupavam na indústria brasileira de combustíveis, organizaram uma greve reivindicatória na região de São Paulo, que em breve se estendeu às regiões açucareiras do Nordeste. Apesar da reação da polícia militar, em parte muito violenta, os "bóias-frias" conseguiram um aumento de salário de 300% (79). Hoje em dia, está comprovado que esse programa, do ponto de vista estritamente econômico, representa um desperdício. Uma vez que a indústria automobilística brasileira passou a produzir em grandes proporções motores movidos a álcool, as subvenções públicas para o programa "Pró-Álcool" elevaram-se enormemente. Se esses investimentos tivessem sido canalizados para a exploração das grandes jazidas de petróleo, na plataforma continental, teriam sido colhidos efeitos muito maiores para a estabilização da balança de pagamentos do país, com bem menores prejuízos sociais. A prospecção do petróleo brasileiro, fomentada desde 1980, e que em 1985 já deve ter conseguido cobrir a metade do consumo do País, muito contribuiu para a estabilização da situação da economia externa brasileira. Em 1981, quase 50% das divisas de exportação eram destinados ao petróleo e seus derivados, enquanto que em 1984 só 18% foram previstos para tal (80). A dívida externa foi assim refreada, mas nos anos seguintes registrou-se uma nova alta, com a tomada de empréstimos em dólar, tanto nos mercados internacionais de capital como também no nacional (81). Isso provocou um forte aceleração da inflação e uma diminuição paralela dos salários reais, de modo que a política de modernização levada a efeito pelos militares brasileiros tem de ser encarada, o mais tardar em 1978, como tendo fracassado.

O processo da "abertura" deve ser visto também com a admissão de que essa ambiciosa política econômica dos militares não tenha tido sucesso. Em vez de uma modernização e de uma integração nacional, ela levou a um agravamento da situação econômica e sobretudo social do País, o que tem sido reconhecido também por parte dos militares (82). Com a cautelosa

(79) Cf. "Sie machen aus Rohrzucker Benzin", *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, de 7-8-1984; "Os canaviais da ira", *Veja*, 23-5-1984.

(80) Cf. "Fortschritte der brasilianischen Erdölwirtschaft", in: *Neue Züricher Zeitung*, de 8-7-1985.

(81) Para ter acesso ao capital tão urgentemente necessário, foi preciso emitir também títulos em cruzeiro com correção monetária conforme o valor do dólar. No fim de 1984, quase 48% das ORTNs (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional) foram ligados ao valor exterior do cruzeiro. Cf. AGUIAR et al., *op. cit.* (n. 72), pp. 18, 19.

(82) Cf., p. ex., as declarações do General Serpa in: DREIFUSS/DULCI, *op. cit.* (n. 70), p. 114.

abertura dos sistemas governamental e administrativo, as principais metas a serem atingidas na área da política econômica foram as seguintes:

* encobrir a responsabilidade pelo fracasso da política econômica, atribuído claramente aos militares e devido à preponderância absoluta do Poder Executivo nas decisões políticas

* canalizar a crescente pressão exercida pelas comunidades eclesiais de base nas áreas rurais, suburbanas e no seio dos movimentos sociais.

A Igreja Católica foi a primeira a desempenhar um papel decisivo na luta do povo brasileiro pela redemocratização, pelos direitos dos trabalhadores rurais sem terra e da população urbana marginalizada. Foi a única organização que tinha, ao lado dos órgãos públicos, a possibilidade de atuar em todo o País. O seu mais importante instrumento foram as comunidades de base, surgidas depois do II Concílio do Vaticano e cujo número se tornou, a partir de 1965, cada vez maior; calcula-se terem somado em 1978 entre 50 e 80 mil⁽⁸³⁾. Nessas comunidades de base, os membros se encontravam regularmente com "seus" sacerdotes ou agentes pastorais, a fim de discutirem seus problemas e juntos procurarem soluções. Também no episcopado brasileiro essa linha de ação vem ganhando cada vez mais adeptos, em especial depois do recrudescimento da repressão contra a teologia da libertação. Seus principais expoentes são o antigo Arcebispo de Recife e Olinda, Cardeal Dom Hélder Câmara, e o Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, Arcebispo de São Paulo. Na Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB), o grupo progressista conta com 60 representantes, enquanto que na ala conservadora do clero se encontram 40 bispos. Nesse importante grêmio, os moderados, em número de 200 bispos, constituem a maioria e votam sobretudo com os progressistas. Com uma tal constelação, a CNBB, através de publicações e denúncias contra as violações dos direitos humanos por parte do regime, pôde exercer uma forte pressão junto ao governo. KUCINSKI estabelece uma comparação entre a Igreja dos fins da década de 70 e o Exército brasileiro, considerando-a como o "alto comando" na luta contra o regime⁽⁸⁴⁾. Até 1979, foram assassinados 8 sacerdotes na luta pelos direitos do povo; 11 foram expulsos, 122 mandados para a prisão e em parte torturados. Além disso, 13 líderes leigos foram também presos⁽⁸⁵⁾. A posição da CNBB em face das necessidades da população não mudou quando o Arcebispo de Fortaleza, Cardeal Dom Aloisio Lorscheider, foi eleito seu presidente. Se bem que Lorscheider fosse considerado da ala conservadora moderada, suas posições em relação à reforma agrária, por exemplo, são nitidamente progressistas⁽⁸⁶⁾.

O primeiro grande movimento de massa, o "movimento contra o custo de vida", partiu também das comunidades de base, levando milhares de

(83) Cf. KUCINSKI, *op. cit.* (n. 17), p. 101.

(84) Cf. KUCINSKI, *op. cit.* (n. 17), p. 102.

(85) Cf. KUCINSKI, *op. cit.* (n. 17), pp. 102, 103.

(86) "Geschwätz der Weissen", in: *Der Spiegel*, 51/1985.

favelados dos subúrbios às ruas das cidades, às vésperas das eleições de 1978, reivindicando o congelamento dos preços dos alimentos, dos aluguéis e dos meios de transportes públicos. Nessa ocasião, como também em campanhas em favor da anistia, iniciada e organizada pelo "Movimento Feminino pela Anistia", a Igreja e grupos marxistas trabalharam em estreita colaboração⁽⁸⁷⁾.

Em 1978, deu-se na região de São Paulo, pela primeira vez desde dez anos, uma série de greves dos operários da indústria automobilística. Essas greves mostraram que os militares não tinham conseguido desarticular completamente os movimentos sindicais autônomos. Também aqui se fez sentir a presença das comunidades de base, sob cuja relativa proteção o movimento pôde formar-se⁽⁸⁸⁾. As greves continuaram também em 1979, quando o poder aquisitivo baixou drasticamente⁽⁸⁹⁾. Em pouco tempo, elas se estenderam a outros ramos da indústria e ao setor dos transportes públicos. Em 1979, o movimento sindical se dividiu em duas alas, uma dirigida pelo PCB e outra liderada pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos, Luiz Inácio da Silva ("Lula"). Este foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores, o PT, cujos membros freqüentemente pertencem às comunidades de base⁽⁹⁰⁾.

Vem tornando-se cada vez mais concreta e violenta a tentativa de resistência dos posseiros em face das ameaças de expulsão das terras por eles cultivadas, por parte dos latifundiários, que não hesitam em lançar mão até mesmo de assassinatos. Apenas entre 1972 e 1978, segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), 200.000 estabelecimentos perderam suas terras. Os camponeses assim expulsos passaram a engrossar a multidão dos "sem terra", que vivem abaixo do limite mínimo de sobrevivência. Igualmente precária é a situação dos rezeiros. Esse estado de coisas levou a CNBB a criar, no ano de 1975, a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Os militares reagiram de modo tão violento quanto os grandes proprietários e a consequência foram assassinatos e torturas⁽⁹¹⁾. O agravamento da repressão e as primeiras greves, a partir de 1978, levaram à criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), que reuniu em 21 associações 2.500 sindicatos⁽⁹²⁾.

(87) Cf. KUCINSKI, *op. cit.* (n. 17), pp. 108-112.

(88) Sobre as ligações entre os diferentes movimentos sociais, cf. também SINGER, PAUL. "Movimentos sociais em São Paulo: traços comuns e perspectivas", in: *São Paulo: O Povo em Movimento*. Paul Singer e Vinícius Caldeira Brant (org.), Petrópolis: Editora Vozes Ltda., em co-edição com CEBRAP, 1980, pp. 207 ss.

(89) Cf. KUCINSKI, *op. cit.*, (n. 17), pp. 118, 125.

(90) Sobre o desenvolvimento do PT e o papel das comunidades eclesiais de base cf. KUCINSKI, *op. cit.* (n. 17), pp. 126 ss.

(91) Cf. KUCINSKI, *op. cit.* (n. 17), pp. 142 ss.

(92) Os conflitos, muitas vezes, adquiriram o aspecto de verdadeira guerra civil e o número de mortos é muito alto: KUCINSKI, *op. cit.* (n. 17), p. 148, menciona somente para os anos 1980/81 o assassinato de 15 líderes e advogados de sindicatos rurais. Um estudo da CPT fala de 56 assassinatos, somente nas lutas pela terra, na primeira metade de 1983 e uma violência crescente no confronto entre as duas frentes. Cf. *Brasilien Dialog* 4/83, Materialien: Landkonflikte im ersten Halbjahr 1983 nach Arten und Staaten.

Ao lado desses movimentos sociais de massa, destacam-se outras importantes organizações na luta pela defesa dos direitos humanos. Mencionem-se, sobretudo, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)⁽⁹³⁾ e o Instituto Brasileiro de Direito Constitucional, fundado em 1979. Essa instituição vem reunindo em congressos, desde 1979, os mais importantes juristas do País, especialistas em direito constitucional, a fim de discutirem a garantia dos direitos humanos e a inserção de uma ordem básica democrática na nova Constituição brasileira⁽⁹⁴⁾. Deve-se mencionar como um movimento no setor acadêmico a União Nacional dos Estudantes (UNE), que, através de greve e outras medidas de protestos, ainda hoje vem grandemente contribuindo para a abertura democrática e para desvendar a atuação do serviço secreto DSI⁽⁹⁵⁾.

A crescente dívida externa (que já no fim de 1982 tinha consumido só em juros 17% das exportações brasileiras)⁽⁹⁶⁾ só pôde ser mantida sob controle por uma severa política de austeridade imposta pelo Fundo Monetário Internacional. Se bem que, desde 1984, o montante das dívidas externas brasileiras não tenha mais crescido no mesmo ritmo dos anos anteriores, chega a registrar atualmente um volume superior a 100 bilhões de dólares. A dívida externa levou a um aumento da pressão cada vez maior em favor de uma mudança da política econômica; outros fatores que contribuíram para uma tal pressão foram a inflação galopante (que chegou a alcançar 246,3% ao ano⁽⁹⁷⁾), segundo os dados oficiais, no período entre 1-7-1984 e 30-6-1985) e ajustamentos salariais semestrais, que para além de três salários mínimos cobriam apenas 80% da taxa inflacionária⁽⁹⁸⁾.

5. Política de desenvolvimento regional e mudança social

Para fins estatísticos, o Brasil está dividido em cinco grandes regiões, divisão que se revela apropriada para uma apresentação eloqüente dos dados informativos sobre o imenso desequilíbrio interno no seio do País. Além dessa divisão geográfica, existem quatro superintendências de desenvolvimento, que têm como tarefa o planejamento, a coordenação e a viabilização financeira do desenvolvimento regional brasileiro.

A tabela seguinte fornece alguns dados básicos relativos ao desenvolvimento econômico das grandes regiões do País.

(93) Cf. KUCINSKI, *op. cit.* (n. 17), pp. 88, 110. Pelas informações sobre o papel da OAB, agradecemos ao Prof. Paulo Bonavides, Fortaleza.

(94) Sobre o trabalho do Instituto, informou-nos o presidente-fundador daquela instituição, Prof. Paulo Bonavides; cf. tb. a *Revista do Direito Constitucional*, do mesmo Instituto.

(95) Cf. KUCINSKI, *op. cit.* (n. 17), pp. 108 ss.

(96) AGUIAR *et al.*, *op. cit.* (n. 72), p. 18.

(97) Cf. *Veja*, de 26-6-1985.

(98) Cf. "Mindestlohn-Materialien", in: *Brasilien Dialog* 3/84. Tb. houve uma tentativa do Ministro do Trabalho Macedo para fixar o reajustamento dos salários mínimos em 110% da taxa da inflação.

Área	População		Estabelecimento		Pessoal ocupado		Produção				
	1950	1960	1970	1980	1975	1980	1975	1980			
Norte	42%	3%	3%	3%	4%	2%	3%	2%	3%	1%	2%
Nordeste	18%	35%	32%	30%	29%	17%	20%	10%	11%	7%	8%
Sudeste	11%	43%	44%	43%	43%	53%	49%	67%	65%	76%	72%
Sul	7%	15%	17%	18%	16%	23%	21%	19%	19%	15%	16%
Centro-Oeste	22%	4%	4%	6%	6%	6%	7%	2%	2%	1%	1%

Distribuição da área, da população e da indústria nas grandes regiões brasileiras. Fonte: cálculos próprios a partir do Anuário Estatístico do Brasil, 1984, pp. 28, 78, 507.

O Sudeste brasileiro não só apresenta uma clara preponderância nos setores da mineração e das indústrias de transformação, mas a sua importância também sobressalta pelo volume da sua população, sobretudo face à decrescente relevância da região do Nordeste. O aumento do número de estabelecimentos industriais no Nordeste não contradiz essa afirmação, uma vez que, se se considerar o tamanho das empresas e o valor de produção, verifica-se uma nítida concentração industrial no Sudeste.

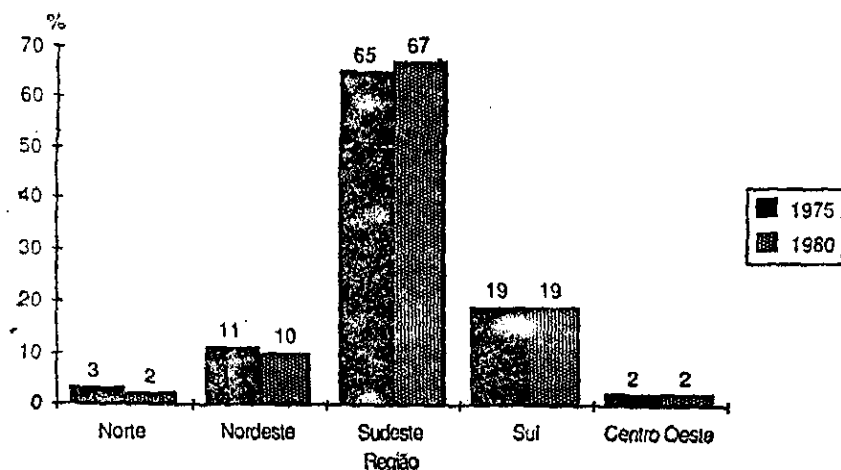
A média das pessoas ocupadas por estabelecimentos cresceu entre 1975 e 1980 em todas as regiões, enquanto que o Nordeste se conservou praticamente constante. Os valores da estatística industrial brasileira estão fortemente marcados pelo Sudeste, uma vez que ali se concentra a metade de todos os estabelecimentos industriais do País.

A média das pessoas ocupadas nas firmas do Sudeste é de forma quase constante cerca de 30% superior à média do País. Por outro lado, foi exatamente nessa região tão altamente industrializada onde mais violentamente se fizeram sentir os efeitos da recessão internacional e da política econômica restritiva, resultante da crise da dívida externa e das condições impostas pelo FMI. Assim, as regiões Norte e Sul, menos atingidas pela conjuntura econômica, puderam melhorar sua posição em 10%. O Sul, com 92,3%, quase alcança a média do País, enquanto as regiões mais ocidentais estagnaram. O Nordeste sofreu mais um golpe, registrando apenas 54,3% da média nacional.

De modo semelhante, mas de forma ainda mais crassa, decorreu o desenvolvimento dos índices de produção industrial por estabelecimento nas diferentes regiões brasileiras. Os valores absolutos, devido aos altíssimos índices inflacionários de antes da reforma monetária de 28 de fevereiro de 1986, são pouco esclarecedores. A comparação entre os resultados relativos demonstra novamente a posição de liderança do Sudeste, cujas indústrias em média produzem quase 1,5 vezes mais do que a média geral brasileira,

com uma leve tendência a aumentar ainda mais. O Norte também apresenta progressos, com um aumento de 41,4% em 1975 para 60,8% da média nacional em 1980; igualmente o Sul, com 76,6% em 1980, em comparação com os 64,5% que apresentava em 1975.

Indústrias extrativas de minerais e de transformação
Pessoal ocupado 1975 e 1980



Distribuição do pessoal ocupado na indústria por regiões, em 1975 e em 1980. Fonte: cálculos a partir da tabela 1.

Em contrapartida, o valor da produção dos estabelecimentos nordestinos, que, em 1975, apesar de tudo, ainda alcança 38,3% da média geral, caiu em 1980 para menos de um quarto do conjunto total do País, embora o índice relativo ao tamanho médio das empresas nessa região, que já foi a mais importante do Brasil, mostre que a defasagem corresponde a mais do que a metade da média total do País. Tampouco parece fazer-se sentir até o momento qualquer efeito positivo das atividades da SUDECO no Centro-Oeste brasileiro, pelo menos no que se refere aos indicadores apresentados. Os indicadores para a região Centro-Oeste evidenciam nitidamente uma estagnação, com leve tendência decrescente, oscilando na faixa de um quinto dos valores médios do País⁽⁹⁹⁾.

(99) Os dados aqui usados são calculados a partir da tabela: "Estabelecimentos recenseados, pessoal ocupado, salários, despesas, valor da produção e da transformação industrial segundo as grandes Regiões da Federação, 1975 — 1980", in *Anuário Estatístico, op. cit.*, (n. 66), p. 507.

Os dados apresentados a respeito do desenvolvimento do setor econômico secundário já evidenciam que o regime militar, apesar dos amplos poderes do Presidente, não conseguiu fazer parar, como também foi o caso dos governos anteriores, a fatal tendência de concentração do desenvolvimento, como as usinas hidroelétricas de Itaipu e de Tucuruí, a Usina Central Atômica em Angra dos Reis ou ainda a construção da Transamazônica e da estrada ligando Brasília à Região Amazônica, nada disso conseguiu emprestar impulsos duradouros para um desenvolvimento fora do Sudeste. Esses projetos resultaram, pelo contrário, em duas graves desvantagens:

* concentraram enormes meios financeiros, que poderiam ter sido empregados no desenvolvimento do País, em favor do conjunto da população. Somente as duas usinas hidroelétricas, postas em funcionamento respectivamente em 25-10-1984 e 22-11-1984, custaram 21 bilhões de dólares americanos, o que corresponde a 1/5 da totalidade da dívida externa do País ⁽¹⁰⁰⁾;

* a exploração do Norte levou, junto às já referidas lutas dos posseiros contra a agroindústria, e junto aos interesses da indústria extrativa de minérios na Região Amazônica, a uma considerável migração: por parte daqueles que, primeiro acossados por cinco anos contínuos de seca no Nordeste, para ali se dirigiram, atraídos pelas novas rodovias, e que de lá se deslocaram para os grandes centros urbanos do Sul do País, pois as suas esperanças e expectativas não se realizaram.

Esses movimentos migratórios ocorreram paralelamente às mudanças que transformaram um Brasil predominantemente agrário numa sociedade urbana, registrando por um lado um rápido decréscimo do número de pessoas ocupadas na agricultura, no conjunto total da população economicamente ativa, e, por outro, uma explosão demográfica que só na última década pôde ser em parte refreada, fazendo o número de habitantes do País crescer de 70.191.370, em 1960, para 119.002.706, em 1980, atingindo, na primeira metade de 1985, 135,5 milhões de habitantes, numa taxa de crescimento que, segundo os dados mais recentes, é de 2,2% ao ano ⁽¹⁰¹⁾.

A percentagem da população urbana elevou-se, entre 1950 e 1980, segundo as estatísticas oficiais, de 36,2% para 67,7%. Só o conjunto das cidades com mais de 250.000 habitantes possui hoje mais de 42.000.000 de habitantes, o que significa 4 vezes mais do que o total da população urbana em 1950 ⁽¹⁰²⁾. No cômputo geral, verifica-se que a população urbana aumentou duas vezes mais depressa do que a população global, registrando-se, entretanto, diferenças conforme o tamanho das cidades; assim, cidades

(100) Cf. *Brasilien Dialog* 4/84, op. cit. (n. 92), Materialien.

(101) *Anuário Estatístico*, op. cit. (n. 66), pp. 74, 77; "Brasil terá 180 milhões no ano 2000", in: *O Estado de S. Paulo*, de 1-1-1985.

(102) Cf. FARIA, Vilmar. "Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego: a experiência brasileira dos últimos trinta anos", in: *Sociedade e Política no Brasil*, op. cit. (n. 9), p. 121.

com mais de 500.000 habitantes crescem, já desde 1960, mais devagar do que as do grupo imediatamente abaixo, entre 100.000 e 500.000 habitantes⁽¹⁰³⁾. Um estudo do Banco Mundial sobre o processo de crescimento das regiões metropolitanas confirma a observação desse fenômeno, dando informações mais exatas sobre esse processo, onde se constata um crescimento das aglomerações urbanas e uma simultânea desconcentração dentro das regiões metropolitanas⁽¹⁰⁴⁾. A importância de São Paulo dentro do País é, porém, menos significativa do que acontece em outros países do Terceiro Mundo, correspondendo mais ao caso japonês⁽¹⁰⁵⁾. No Brasil, isso se explica devido a existência de vários outros centros regionais, como o Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Porto Alegre, cada um com mais de 2 milhões de habitantes (no ano 1980). FARIA destaca nesse contexto sobretudo dois problemas:

* o número absoluto de grandes aglomerações urbanas cresceu muito durante os últimos 30 anos;

* onde se verificou o maior aumento dessas aglomerações foi de novo no Sudeste⁽¹⁰⁶⁾.

Esses problemas tornam-se também visíveis através dos balanços migratórios das estatísticas oficiais, segundo os quais o Nordeste registrou, entre 1960 e 1980, uma perda líquida de 11.347.434 emigrantes, dos quais quase a metade entre 1970 e 1980. Em contrapartida, o Norte, o Sudeste e o Centro-Oeste foram regiões de crescimento demográfico nos períodos considerados. Digno de nota é que o Sudeste e o Oeste cresceram de modo especialmente dinâmico entre 1970 e 1980 (o Sudeste com mais de 3 milhões de imigrantes, cinco vezes mais do que no período anterior, o Centro-Oeste com quase 2 milhões de imigrantes). Também o Sul, que até 1970 havia registrado um balanço migratório positivo, durante a última década viu sua população de imigrantes diminuída⁽¹⁰⁷⁾.

É bastante difícil de se verificar até que ponto essa evolução pode ser atribuída à ação das Superintendências de Desenvolvimento, diretamente subordinadas ao Ministério do Interior. Muitas vezes é dito, em sua defesa, que sem as atividades das Superintendências a situação estaria provavelmente ainda pior. As áreas cobertas pelas ações de desenvolvimento, isto é, Sudam, Sudene, Sudesul e Sudeco, abarcam a maior parte da superfície

(103) Cf. FARIA, *op. cit.* (n. 102), pp. 124, 128 ss.

(104) LEE, Yoon Joo. "The Spatial Structure of the Metropolitan Regions of Brazil" (*World Bank Staff Working Paper n.º 722*), Washington, D.C., The World Bank, 1985.

(105) Cf. FARIA, *op. cit.* (n. 102), p. 133.

(106) Cf. FARIA, *op. cit.* (n. 102), p. 142.

(107) Os dados aqui usados são a partir da tabela: "Movimento migratório, segundo as grandes Regiões e Unidades da Federação 1940—1980", in: *Anuário Estatístico*, *op. cit.* (n. 66), p. 140.

total do Brasil, sendo que para tal é possível mobilizar meios financeiros suficientes para a realização de medidas eficazes. Além disso, há outros programas oficiais de desenvolvimento e de assistência, como o DNOCS, Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. Além da atração exercida pelo dinamismo da região Sudeste, e também ao lado dos projetos de desenvolvimento no Oeste (Acre, Rondônia) e a exploração da Região Amazônica, é a própria política do DNOCS que fomenta projetos de irrigação, os quais vão beneficiar sobretudo os latifundiários locais, e que não são apropriados a fixar a população à terra, incentivando, muito pelo contrário, o êxodo rural⁽¹⁰⁸⁾. O resultado de vinte anos de política de desenvolvimento regional, desde 1960, é:

- * o agravamento das disparidades entre a cidade e o campo e entre o Nordeste e o Sudeste do Brasil;
- * a penetração de formas de produção industrial também na agricultura⁽¹⁰⁹⁾;
- * como resultado, o desenraizamento de milhões de pessoas à procura de trabalho.

Essas reestruturações regionais causaram o surgimento em torno das aglomerações urbanas de imensas favelas, onde vivem esses imigrantes como uma população marginalizada, junto àquela parcela do proletariado urbano desempregada pela recessão dos anos entre 1979 e 1983. Esse processo de pauperização evidencia-se também no desenvolvimento dos salários reais, e que nesse período caíram em 22,9%, dos quais 20,4% só entre 1982 e 1983. Essa queda da renda atingiu sobretudo os mais pobres: os 40% da população que recebiam os salários mais baixos — perfaziam em 1983 somente 8,3% da renda nacional — perderam 27,4%, enquanto que os 5% da população mais abastada do País conheceram um retraimento de apenas 19,1% no seu poder aquisitivo real⁽¹¹⁰⁾.

6. A redemocratização — tendências e realidade

Nas eleições para o Congresso Nacional, em novembro de 1978, o MDB conseguiu ampliar a sua votação⁽¹¹¹⁾, resultando também que um número maior de candidatos “da esquerda” fosse eleito. Em março de 1979, o novo Presidente da República, General João Baptista Figueiredo, tomou posse. Ele anunciou uma anistia para os crimes políticos, com exceção dos

(108) Cf. SANGMEISTER, *op. cit.* (n. 75), pp. 25 ss.

(109) Cf. SORJ, Bernard, WILKINSON, Jonh. “Processos sociais e formas da produção na agricultura brasileira”, in: *Sociedade e Política no Brasil*, *op. cit.* (n. 9), pp. 164-183.

(110) MEISSNER, Teodoro G. “Recessão provocou empobrecimento de 20,4%”, in: *Folha de S. Paulo*, de 6-11-1984.

(111) KUCINSKI, *op. cit.* (n. 17), p. 98.

atos de terrorismo, assaltos, seqüestros e assassinatos, mas incluindo os crimes cometidos no exercício de funções nas Forças Armadas e na Polícia, isto é, por torturadores e assassinos⁽¹¹²⁾. Por uma lei, também decretada pelo Presidente, em outubro de 1979, foram dissolvidos os partidos ARENA e MDB⁽¹¹³⁾, e novos partidos, com exceção dos comunistas, puderam ser constituídos. Os senadores e deputados do Congresso Nacional deviam alistar-se em um dos novos partidos. Mas o governo Figueiredo também recorreu à manipulação eleitoral: a proibição da propaganda dos partidos políticos na televisão ("Lei Falcão") foi mantida. Os partidos eram obrigados a designar candidatos para todas as posições, em todos os níveis do governo, causando dificuldades para os pequenos partidos, que não podiam entrar em coligações eleitorais⁽¹¹⁴⁾. Além disso, foi estipulado o "voto vinculado", introduzindo a obrigação para o eleitor de votar no mesmo partido, para todas as posições.

Muitos partidos foram criados, tanto por parlamentares como por não parlamentares:

- * o Partido Democrático Social — PDS — que congregou a maior parte dos deputados e senadores da ARENA;
- * o Partido do Movimento Democrático Brasileiro — PMDB — constituído por uma grande parte de membros do antigo MDB;
- * o Partido Democrático Trabalhista — PDT — e o Partido Trabalhista Brasileiro — PTB —, partidos que tiveram ressonância sobretudo junto aos operários industriais e aos intelectuais das classes médias; e ainda o Partido dos Trabalhadores — PT — saído da região metropolitana de São Paulo, e que extrapola do espectro tradicional dos partidos brasileiros⁽¹¹⁵⁾.

Os partidos comunistas continuaram na ocasião proibidos. Nas eleições para o Congresso Nacional e para governadores, de 15 de novembro de 1982, consideradas, apesar das muitas limitações, as primeiras eleições democráticas desde 1964, o PDS conquistou 235 cadeiras, o PMDB, 200, o PDT, 23, o PTB, 13, o PT, 8. Nos Estados onde os governadores pela primeira vez desde 1966 puderam ser eleitos por votação direta, o PMDB ganhou 9 mandatos e o PDT saiu vitorioso no Rio de Janeiro. 11 mandatos

(112) A Lei de Anistia nº 6.683, de 28-8-1979, permaneceu ainda em vigor até a Emenda Constitucional nº 26/85, que abrangia os mesmos delitos, mas não previa mais nenhuma exceção.

(113) Pela Lei nº 6.767, de 18-10-1979, *Jornal do Brasil*, de 19-10-1979. Cf. tb. KUCINSKI, *op. cit.* (n. 17), p. 137.

(114) ALVES, Maria Helena Moreira. "Grassroot Organization, Trade Unions, and the Church—Challenges to the Controlled Abertura in Brazil", in: *Latin American Perspectives*, *op. cit.* (n. 72), p. 96.

(115) *Anuário Estatístico*, *op. cit.* (n. 66), p. 372; Wölcke, *op. cit.* (n. 2), pp. 43 ss.; MOREIRA ALVES, *op. cit.* (n. 114), pp. 96 ss.

foram para o PDS, e isso sobretudo nas regiões pouco desenvolvidas do Nordeste, assim como os governadores dos territórios designados diretamente pela União⁽¹¹⁶⁾. Com isso, os "partidos da esquerda" foram vitoriosos nos Estados que constituem a maior potência econômica do País.

Também encorajada por esses resultados eleitorais, começou a movimentação popular pelas eleições diretas do Presidente da República ("Diretas já"). Ao mesmo tempo, iniciaram-se as reivindicações para a convocação de uma assembléia constituinte, que redigisse uma nova Constituição em substituição à outorgada em 1969 pelo regime militar, com as suas múltiplas emendas. Ambas as reivindicações falharam. A 15 de novembro de 1985, foi eleito, ainda pelo Colégio Eleitoral, o novo Presidente da República, Tancredo de Almeida Neves, o primeiro presidente civil desde 1964⁽¹¹⁷⁾. Tancredo Neves, em quem uma ampla massa popular depositara grandes esperanças, não pôde, porém, tomar posse, morrendo no dia 21 de abril de 1985. Em seu lugar, foi investido como Presidente da República o Vice-Presidente José Sarney. Com isto, o tempo da ditadura militar foi formalmente terminado e foi constituída a "Nova República".

Durante a campanha das eleições presidenciais, a ala liberal do PDS, sob a liderança de José Sarney, separou-se e passou a constituir, a partir do começo de 1985, o Partido da Frente Liberal (PFL). Pelo fato de certos deputados terem mudado de partido e pela volta à legalidade dos partidos comunistas, cujos membros se haviam candidatado sobretudo pelo PMDB, resultou, depois da emenda da lei dos partidos em 1985⁽¹¹⁸⁾, a seguinte distribuição dos mandatos no Congresso Nacional, em maio de 1986: PMDB, 239; PFL, 149; PDS, 86; PDT, 28; PTB, 14; PT, 6; PL, 5; PSB, 5; PDC, 4; PSC, 4; PCB, 3; PC do B, 2; PMB, 2; PPB, 1⁽¹¹⁹⁾.

7. Resultados: agravamentos das disparidades

No início, existiam consideráveis reservas contra Sarney, pois ele tinha saído da ARENA-PDS e não havia tomado posições progressistas até então; já nos primeiros meses do seu mandato, Sarney ganhou prestígio

(116) Para os antecedentes dessas eleições, cf. GOGOŁOK, Osmar E., BERGMANN, STEPAN, KARG-DIRKES, Lorenz. "Präsidentenwahl 1985 und Demokratisierungsprozess", in *Brasilien Dialog* 2/84, pp. 3-16. Sobre as eleições indiretas, cf. o excelente resumo in "Materialien", *Brasilien Dialog* 2/84.

(118) Pela Lei nº 7.332, de 1-7-1985, cf. "Emenda propõe reformas políticas na Constituição", in: *Folha de S. Paulo*, de 14-6-1985.

(119) O PCB foi admitido a 8 de maio de 1985. Cf. "Fora da Catacumba", in: *Folha de S. Paulo*, de 15-5-1985; "Troca partidária redivide quadro político no Congresso", in: *Folha de S. Paulo*, de 17-5-1986. Os partidos comunistas PCB (Partido Comunista Brasileiro) e PCdoB (Partido Comunista do Brasil) são de cunho leninista e maoísta; o PSB (Partido Socialista Brasileiro) pertence ao espectro da esquerda, o PMB (Partido Municipalista Brasileiro), PPB (Partido do Povo Brasileiro), PL (Partido Liberal), PDC (Partido Democrata Cristão) e PSC (Partido Social Cristão) pertencem ao espectro da direita.

por se colocar à frente dos interesses das massas populares mais carentes (120). As lutas pela expulsão dos posseiros continuavam (121). A primeira medida anunciada por Sarney, depois de ter tomado posse, já em maio de 1985, foi o plano de uma reforma agrária, com a qual queria ele tentar modificar as extremas desigualdades na distribuição das terras (122). O Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária da "Nova República" foi apresentado a 27 de maio de 1985. O plano se concentrava nas regiões onde predominavam os conflitos agrários, onde a distribuição da terra tem sido especialmente injusta. Previa a desapropriação de áreas improdutivas dos latifúndios e a compra adicional de terras com verbas públicas (123). Essa reforma agrária, que foi sempre encarada pelos sindicatos de trabalhadores rurais com grande desconfiança, perdeu cada vez mais a consistência, sob a forte pressão dos grandes proprietários, que passaram a se armar. O projeto definitivo de 1985 foi recusado por todas as frações moderadas e as da esquerda, tendo sido aprovado somente pelos latifundiários (124). Também nos setores da indústria, continuavam as inquietações e novas greves abalaram, no começo de maio, os centros urbanos. Ao todo, 43 sindicatos aderiram à greve, de modo que essa onda grevista foi considerada uma das maiores dos últimos 21 anos. O motivo desses protestos foi novamente o fato de o salário mínimo não bastar para a sobrevivência (125).

No dia 14 de fevereiro de 1986, Sarney reformulou seu ministério, que até então era o originalmente composto por Tancredo Neves, diminuindo nesse segundo ministério a influência do PMDB, embora esse partido tivesse sido o grande vitorioso das eleições municipais de 15 de novembro de 1985 (126). A 28 de fevereiro de 1986, a inflação galopante, que no começo daquele mês havia alcançado 14,36% ao mês, pôde ser sustada com uma reforma monetária, o Plano Cruzado: o cruzeiro foi substituído pelo

(120) Cf. sobre isso tb. Cardeal Evaristo Arns na entrevista "Hundert wurden Märtyrer", *Deutsches Allgemeines Sonntagsblatt*, de dezembro de 1985, com críticas à reforma agrária. Sua popularidade subiu ainda mais depois dos primeiros êxitos do programa anti-inflacionário; cf. "Sarney Capitalizes on Popularity", *Latin American Weekly Report*, de 26-3-1986.

(121) Cf. notícia da agência "Latina" (Reuters) de 1-2-1986, entre 1982 e 1984, consta que 500 pessoas foram mortas nas lutas pela terra, como foi anunciado no 1º Congresso dos posseiros não-possuidores.

(122) Segundo uma pesquisa do Instituto de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), os latifundiários possuíam 85% das áreas cultiváveis, enquanto a metade dos estabelecimentos agrários (quer dizer os com menos de 10 ha) possuíam somente 2,4% da terra. Cf. "Latifúndios ocupam 85% da área registrada como rural", in: *Jornal do País*, semana de 14 a 20 março de 1985.

(123) O texto foi impresso in *Folha de S. Paulo*, de 23-5-1985.

(124) Cf. o texto do documento in: *Folha de S. Paulo*, de 11-10-1985, e comentários no número de 19-10-1985; "Sarney approves the final draft", in: *Latin American Weekly Report*, de 25-10-1985; e NIEBUHR, Siegfried. "Agrarreform in Brasilien", in: *Frankfurter Rundschau*, de 23-10-1985.

(125) Cf. "Unions Pose First Test for Sarney", in: *Latin American Weekly Report*, de 10-5-1985.

(126) "New Cabinet is Conservative", in: *Latin American Weekly Report*, de 21-2-1986.

cruzado e foram introduzidos o congelamento e o controle de preços ⁽¹²⁷⁾. O grande prestígio alcançado, com tal medida, na política interna, parece, entretanto, posto em questão desde que o governo Sarney, logo depois das eleições de 15 de novembro de 1986, anunciou o "Plano Cruzado II", acompanhado de maciço aumento dos preços e uma desvalorização do cruzado.

Sarney havia prometido a convocação de uma Assembléia Constituinte, porém, apesar das fortes críticas que em parte lhe foram feitas, conseguiu fazer prevalecer sua idéia de que o Congresso Nacional, eleito a 15 de novembro de 1986, deveria ser o encarregado da elaboração da nova Constituição ⁽¹²⁸⁾. A eleição direta do novo Presidente da República já ficara estabelecida, através de uma emenda constitucional, em maio de 1985 ⁽¹²⁹⁾. Para os trabalhos preliminares da elaboração da nova Constituição, a "Comissão dos 50", designada pelo Presidente, apresentou a 18 de setembro de 1986 um primeiro anteprojeto ⁽¹³⁰⁾. As eleições de 15 de novembro de 1986 para o Congresso Nacional, para as Assembléias Legislativas estaduais, para as Câmaras municipais e para Governadores trouxeram o triunfo completo do PMDB, como demonstra a seguinte distribuição dos mandatos no Congresso Nacional Constituinte:

Partidos	PMDB	PDS	PFL	POT	PTB	PL	PDC	PMB	PSB	PT	PCdoB	PCB
Senadores	45	5	15	2	1	1	1	1	1			
Deputados	262	32	116	24	17	6	5		1	16		3

Dos Governadores eleitos naquele mesmo dia, 21 pertencem ao PMDB e um, o de Sergipe, ao PFL.

O Brasil, como país com um desenvolvimento já muito avançado, tem muito mais oportunidades de fazer vigorar a democracia e superar as disparidades sociais do seu povo do que a maior parte dos países em desenvolvimento. Existe, entretanto, o perigo de que as reformas sociais se façam demasiado lentamente, que as exigências do povo se façam ouvir cada vez mais alto e, com isso, setores mais conservadores lancem mão novamente de uma solução autoritária.

(127) "Governo adota choque para tentar derrubar inflação", in: *Folha de S. Paulo*, de 28-2-1985.

(128) Cf., p. ex., DALLARI, Dalmo de Abreu. "Constituinte e presidência", in: *O São Paulo*, de 12-12-1985, com críticas ao PMDB, PFL e PDS, constatando que essa Constituinte, não eleita pelo povo, estaria ligada aos interesses dos grupos econômicos nacionais e internacionais. Cf. também GOLDMANN, Alberto. "Em questão a legitimidade da Constituinte", in: *Folha de S. Paulo*, de 12-7-1985; "Constituinte: caravanas irão a Brasília reclamar nova emenda", in: *Nas Bancas*, de 25-9-1985. O PDS, PMDB e PFL aprovaram no dia 23 de outubro de 1985, uma emenda à Constituição, atribuindo ao Congresso Nacional as tarefas de uma Constituinte: "Aprovada Constituinte à la Sarney", in: *O São Paulo*, de 25-3-1985.

(129) *Folha de S. Paulo*, de 8-5-1985.

(130) *Folha de S. Paulo*, Edição Especial, de 19-9-1986.